CÉDULA

Prezados(as),

O Sinal, em AGN de 12 a 17 de fevereiro de 2025, convocada pelo [edital](#), vem, por meio deste instrumento de votação eletrônica, com a participação de toda a categoria representada, garantida nos termos do art. 26, alínea “a” e art. 26, §2º de seu Estatuto Fundacional, submeter à sua deliberação a pauta nacional reivindicatória aprovada na Assembleia Nacional Deliberativa (30ª AND, parte não estatutária finalizada em dezembro de 2024), a qual expressa as reivindicações de toda a categoria e está consubstanciada nos 12 itens a seguir:

1. Lutar por melhorias na gestão e atendimento do PASBC, com foco nas seguintes ações:

- i) Atendimento presencial mais frequente aos beneficiários do BC Saúde;
- ii) Criação de novas clínicas de atenção primária à saúde e aumento do incentivo institucional para campanhas de promoção da saúde e cuidados preventivos;
- iii) Questionar e esclarecer o significado da expressão “gestão financeira e contábil do BC Saúde a cargo do BC”, constante do informe *Interação* do BCB de setembro/2022.

- a) Aprovo
- b) Desaprovo
- c) Abstenção

2. Quanto ao PASBC, adotar as seguintes diretrizes:

- 1. Lutar pela criação de uma ouvidoria no Programa para atender Usuários e Credenciados;
- 2. Aperfeiçoar o sistema de acompanhamento dos Pedidos de Reembolso e das Despesas Médicas;
- 3. Aperfeiçoar o sistema de análise dos pedidos de exames e procedimentos para reduzir os prazos de deferimento;
- 4. Adotar um sistema de resposta específica para cada caso, em vez de respostas padrão ou automáticas, como vem ocorrendo;
- 5. Aperfeiçoar a opção de cadastramento do usuário no APP BC Saúde.

- a) Aprovo
- b) Desaprovo
- c) Abstenção

3. Buscar a redução dos valores pagos pelos participantes, sugerindo que a contribuição do Banco Central ao PASBC seja de 2 para 1 em relação à contribuição de cada participante.

- a) Aprovo
- b) Desaprovo
- c) Abstenção

4. Estender os projetos pilotos das clínicas de atenção primária à saúde (APS), atualmente em funcionamento apenas no Rio de Janeiro, Brasília e São Paulo, para todas as praças do BCB.

- a) Aprovo
- b) Desaprovo
- c) Abstenção

5. Reforçar os esforços para a definição do regime de trabalho remoto como direito e regra para todos os servidores ativos, exceto no caso de manifestação de interesse do próprio servidor ou em atividades que sejam comprovadamente presenciais.

- a) Aprovo
- b) Desaprovo
- c) Abstenção

6. Lutar pela reposição das perdas inflacionárias observadas no *corrosômetro* e pela nivelção da remuneração das carreiras do Banco Central à do topo das carreiras do Executivo.

- a) Aprovo
- b) Desaprovo
- c) Abstenção

7. Exigir que, em cumprimento ao monopólio definido pelo artigo 164 da CF, a Lei reconheça aos três cargos do Banco Central do Brasil a característica de carreiras típicas de Estado.

- a) Aprovo
- b) Desaprovo
- c) Abstenção

8. Atuar para obter a mesma redução de interstícios e aceleração de progressões e buscar a antecipação da parcela de reajuste de maio de 2026 para abril de 2026, conforme proposta do MGI para a STN e CGU. Além disso, oficiar ao MGI e solicitar a reabertura de negociações sempre que os acordos com outras carreiras forem mais benéficos.

- a) Aprovo
- b) Desaprovo
- c) Abstenção

Nota: A antecipação da parcela de 2026 já foi contemplada na MP 1286 de 31/12/2024.

9. Manter a luta pelos 13 níveis ou menos para os cargos de Auditor e Técnico do BC.

- a) Aprovo
- b) Desaprovo
- c) Abstenção

Nota: A MP 1286 de 31/12/2024 reestruturou várias carreiras do Executivo Federal, aumentando o número de níveis. Os cargos de Auditor e Técnico do BC passaram de 13 para 20 níveis.

10. Fortalecer e intensificar as ações em curso, individualmente ou em parceria com outras entidades representativas, para pressionar pela aprovação “em regime de urgência” da PEC 6/2024 e pela supressão da contribuição previdenciária dos servidores inativos e pensionistas, inclusive por meios judiciais.

- a) Aprovo
- b) Desaprovo
- c) Abstenção

11. Reforçar a luta pela semana de 4 dias de trabalho, com 32h semanais.

- a) Aprovo
- b) Desaprovo
- c) Abstenção

12. Lutar pela extinção ou pela declaração de inconstitucionalidade do Decreto nº 10.620/2021, atualmente suspenso.

- a) Aprovo
- b) Desaprovo
- c) Abstenção

Nota: O Decreto nº 10.620/2021 transfere para o INSS as atividades de concessão e manutenção de aposentadorias e pensões.